

[RESENHA]

OPPENHEIMER, Franz. O Estado: sua história e desenvolvimento. Tradução de Roberta Sartori. São Paulo: LVM Editora, 2023. 192 p.

Joanderson Da Silva¹

O livro *O Estado: História e Desenvolvimento*, do médico, sociólogo e economista político Franz Oppenheimer, é certamente uma das obras seminais que tratam a origem e história do estado. Originalmente publicado em 1908, Oppenheimer oferece uma análise minuciosamente histórica e crítica do surgimento e desenvolvimento do Estado como instituição social, econômica e política.

Não é exagero reafirmá-lo como uma referência importante para todo estudante das ciências sociais e uma das obras mais fundamentais acerca da teoria sociológica e da economia política do Estado, uma vez que o autor realiza uma análise histórica aprofundada em que podemos vislumbrar o Estado como instituição social e sua relevância na moldura da nossa sociedade. Sobretudo, em decorrência dos diversos debates que têm levado ao controle político da estrutura social na sociedade moderna.

Na obra, Oppenheimer sistematiza a investigação histórica de seu mentor, Ludwig Gumplowicz, que afirmou que o surgimento do Estado não é natural e voluntário, mas ocorreu por meio da coerção e conquista

¹ Biografia

entre povos. O autor concebe o Estado como uma instituição que surgiu da dominação de classes – aqui, porém, Oppenheimer oferece uma provocação totalmente diferente das teorias clássicas de classe, sejam elas liberais ou marxistas –, movidas por interesses políticos, culturais e econômicos. Através de uma abordagem meticulosa da história, Franz explora como civilizações e povos formaram Estados por meio de processos de subjugação e violência, desafiando a visão acadêmica sobre a natureza do Estado. Traçando um paralelo entre sociedades primitivas e contemporâneas, Oppenheimer destaca como o monopólio da força e a centralidade do poder são características comuns aos Estados ao longo da história.

É por meio desta análise e implicações que Franz explica como o Estado interfere e molda a estrutura da sociedade, desempenhando um papel central na manutenção e criação das desigualdades socioeconômicas. Assim, Oppenheimer elabora sua tese da existência de duas formas de criação de riqueza e organização social: a) denominados “meios econômicos” – quando o sujeito, utilizando suas faculdades e seu trabalho, produz bens e serviços que são trocados mutuamente em um mercado – e b) denominados “meios políticos” – processo de subjugação de civilizações, saques e exploração. É, portanto, dos meios políticos – sistematização do uso da força na predação territorial de civilizações e da propriedade privada – que surge o Estado – “É a organização dos meios políticos”, nas palavras de Oppenheimer. Enquanto isso, o caminho pacífico de “sobrevivência e prosperidade” se utiliza dos meios econômicos. Para Oppenheimer, o Estado é o mecanismo pelo qual um grupo de indivíduos submete e explora outro grupo; aqueles que preferem não viver através do trabalho produtivo (o meio econômico, segundo sua terminologia), mas sim pela apropriação coercitiva (o meio político para obter riqueza). Em resumo, o Estado é, foi e será meramente uma organização criminosa em virtude da necessidade parasitária de um determinado grupo em detrimento de outros.

Para Oppenheimer, o Estado é o primeiro de todos os mecanismos de dominação. Ele argumenta de forma consistente que a forma básica e a natureza do Estado permanecem inalteradas ao longo do tempo. Desde o Estado primitivo feudal até a constituição do Estado moderno, essa instituição representa a institucionalização dos meios políticos por um determinado grupo na expropriação da riqueza econômica de outros grupos. Ainda hoje, é comum que disciplinas adotem uma visão da natureza do Estado tida como já superada – baseada na teoria moderna de que o Estado, tal como o conhecemos, é uma entidade benfeitora que julga, legisla e media situações de conflito, com o papel benevolente de proteger os cidadãos de inimigos externos. Por outro lado, há a concepção, por parte de teóricos marxistas e socialistas, do Estado como um processo histórico de formação de classes por meio do contexto econômico e da exploração da classe trabalhadora através da mais-valia.

Por fim, Oppenheimer não apenas nos apresenta um novo conceito da instituição que chamamos de Estado, mas também teoriza sobre o desenvolvimento histórico do Estado em seis grandes estágios na história da etnologia. São eles: a) Pilhagem – Para Oppenheimer (2023, p. 57), este é o primeiro estágio na formação do Estado e pode permanecer inalterado por séculos. Nesse estágio, cada tribo possui um "território de pilhagem", onde ocorrem roubos, massacres, lutas entre homens, sequestros de mulheres e crianças, e o roubo de rebanhos. Além disso, pode haver a formação de milícias quando tribos se unem e se mobilizam; b) Trégua – Segundo Oppenheimer (2023, p. 64), este é o segundo estágio na formação do Estado. Aqui, o dominador percebe que os camponeses rivais não possuem mais incentivos ou motivações para rebeliões, permitindo-lhes viver da terra e vivendo dos excedentes de sua produção, sem a necessidade de continuar a guerra e a subjugação de outros povos; c) Tributo – Para Oppenheimer (2023, p. 64), este é o terceiro estágio na formação do Estado. Nesse estágio, o dominador utiliza métodos tributários para recolher os "excedentes" da produção dos camponeses, produzindo uma vantagem

para ambas as partes e incentivando o dominador a subjugar outros povos; d) Ocupação – Conforme Oppenheimer (2023, p. 64), este é o quarto estágio na formação do Estado, no qual ocorre a união de territórios sob o controle do dominador; e) Monopólio – De acordo com Oppenheimer (2023, p. 67), este é o quinto estágio na formação do Estado. Nesse ponto, o Estado está quase completo, e surgem disputas que levam ao monopólio por determinadas etnias, as quais assumem o direito de julgar e arbitrar, exercendo autoridade; f) Estado – Por fim, Oppenheimer (2023, p. 69) define este como o sexto e último estágio da formação do Estado. Nele, o Estado está completo em todos os sentidos, surgindo a necessidade de coerção, punição, interferência e mediação, desenvolvendo-se a nacionalidade e a intranacionalidade plena da nação.